



INTERVIR NA ECONOMIA:



DEFENDER A DEMOCRACIA

21-DEZEMBRO-74

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS

ABM

O momento politico que vivemos caracteriza-se pelo choque frontal entre os interesses da esmagadora maioria da população portuguesa e os do escasso mas poderoso grupo de detentores do grande capital, os monopólios e os grandes agrários, aliados ao imperialismo e à reacção internacional.

A batalha na frente económica é decisiva para o futuro da democracia em Portugal. As repercussões da conduta dos grupos económicos, da não concretização de uma politica económica que ataque frontalmente os grandes problemas do momento, estão a sentir-se cada vez mais.

A reacção, os inimigos da democracia e das liberdades do povo jogam com isso; urge cortar o passo a essa estratégia anti-popular e anti-patriótica.

As vitórias no campo da democratização e da descolonização devem estender-se rapidamente ao campo económico e social; os esforços necessários à reconstrução do país e recuperação da economia nacional vão exigir sacrificios, mas não podem continuar a recair apenas sobre os trabalhadores nem servir de pretexto para manter numa situação opressiva outras camadas não-monopolistas, como os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais. Pelo contrário é imperioso submeter o poder dos monopólios e dos grandes agrários aos interesses democráticos e nacionais, e subordinar a sua actividade a uma politica económica progressista e coordenada.

UMA PESADA HERANÇA

Na análise dos problemas actuais, na definição das medidas que importa tomar, é necessário ter em conta a situação económica e social degradante a que o fascismo conduziu o país. Apoiado na sua máquina de Estado, ao serviço do grande capital financeiro e dos grandes proprietários agrícolas, o regime fascista promoveu e acelerou a concentração do capital e da propriedade nas mãos de alguns poucos potentados, ao mesmo tempo que impunha uma politica de baixos salários e dificultava a sobrevivência, quando não conduzia à ruína, os pequenos e médios empresários ou agricultores.

A situação económica e financeira agravou-se nos últimos anos do regime fascista, pela crescente dependencia do país em relação aos países capitalistas desenvolvidos, pela vinda das empresas multina-

cionais com o objectivo de explorar a mão de obra barata, pelo aumento das importações de bens, quer de primeira necessidade quer supérfluos e de luxo.

As despesas com a guerra colonial e o aumento do preço dos produtos no mercado internacional agravaram a situação financeira do país; havia falta de recursos para o desenvolvimento económico, para a execução de uma política social e educacional, e, simultaneamente, conduzia-se o país para um crescente endividamento ao exterior e para a exaustão dos seus recursos financeiros.

A crise do capitalismo, caracterizada pela inflação generalizada, pelo aumento do preço dos produtos básicos, especulação e quebra do ritmo de desenvolvimento económico, não podia deixar de reflectir-se no nosso país, altamente dependente do sistema capitalista internacional.

Nos últimos meses do regime fascista, a subida dos preços assumia proporções alarmantes; o açambarcamento dos géneros de primeira necessidade era medida corrente dos grandes produtores e comerciantes para forçar o aumento dos preços; o crescimento da actividade económica processava-se a ritmo lento e as perspectivas eram, segundo as previsões dos próprios grupos económicos, pouco animadoras; campeava o negócio especulativo, a negociata na bolsa ou nas empresas imobiliárias. Os governantes lançavam sobre os trabalhadores e as camadas não monopolistas da população as consequências desta situação provocada por uma política anti-nacional, posta ao serviço exclusivo dos grandes grupos monopolistas portugueses e estrangeiros.

A TÁCTICA DA REACÇÃO

A conquista das liberdades democráticas, a crescente intervenção política das camadas trabalhadoras e outras não-monopolistas, o processo de descolonização, grandes vitórias do povo português surgidas após o 25 de Abril, provocaram uma reacção dos grandes grupos económicos e financeiros, caracterizada na generalidade, pela hostilidade e não aceitação da nova ordem democrática. E, porque o poder económico, ao contrário do que aconteceu com o poder político, ainda continua nas suas mãos, passaram a utilizá-lo, com o flagrante intuito de provocar o caos económico, procurando pela via da sabotagem entrar o processo democrático.

A reacção e os meios mais conservadores jogaram primeiro no golpe constitucional do Prof. Palma Carlos e seus aliados; derrotados, pas

saram à conspiração aberta, em conluio com figuras então instaladas no Poder, para o derrubamento do G.P. e a extinção do M.F.A.; derrotados de novo em 28 de Setembro, conspiram e actuam ainda, agora na sombra, mas utilizando sempre a mesma arma: a sabotagem económica, a tentativa de deterioração das condições de vida e a criação da instabilidade social no país. Tentam incutir nas camadas da população mais receosas a ideia de um país mal governado e a caminho do caos. Movem igualmente no estrangeiro, onde dispõem de aliados, uma forte campanha de descrédito e desconfiança em relação à nova situação democrática do País.

Os monopólios nacionais e estrangeiros e os grandes agrários não tem hesitado em ensaiar todas as formas de sabotagem ao seu alcance. É a paralisação ou redução dos investimentos já programados (ou a tentativa frustrada de o fazer); são os despedimentos discriminatórios ou meios, estes acompanhando a redução deliberada do volume de negócios; é a recusa de cumprimento do acordado nos contratos de trabalho, como é o caso flagrante de alguns agrários alentejanos, que também negam frequentemente trabalho para deixarem as colheitas ou as sementeiras por fazer; são os encerramentos de fábricas ou os processos de falsas falências; é o corte ou demora burocrática por parte de alguns bancos comerciais na concessão de crédito às pequenas e médias empresas contrariando as intenções e disposições do Governo Provisório; é o levantamento de dificuldades à concessão de créditos que normalmente eram facultados; é a transferência de fundos de bancos para as empresas dos respectivos grupos; é a transferência ilegal ou camuflada de divisas para o estrangeiro; são as campanhas junto dos emigrantes para que não enviem remessas de dinheiro para Portugal; são as exigências de juros muito baixos aos organismos de crédito estatais - outra face da chantagem política e económica que alguns monopólios vêm fazendo ao pedirem "garantias" para investir no País, forma encapotada de exigir do Governo Provisório o corte ou o cerceamento das liberdades democráticas restabelecidas no 25 de Abril. Todas estas atitudes apontam no mesmo sentido: criar dificuldades à democracia nascente, tentar inverter o curso dos acontecimentos.

As previsões dos próprios grupos económicos, no início do ano, já apontavam para um agravamento do deficit da balança comercial, para o aparecimento, o primeiro de há muitos anos, de um deficit na balança de pagamentos, para uma taxa de inflação rondando os 40%.

Conhecem as forças conservadoras, os reaccionários, como a especulação e manipulação de capitais deixaram os bancos com falta de

liquidez; sabem, igualmente, do estado de exaustão das finanças públicas, da crescente dificuldade em continuar a atribuir subsídios de Estado para cobrir parte dos preços dos produtos alimentares.

Não lhes é estranha a situação a que a sua própria política conduziu o País.

Os objectivos são agora claros. Tentam pelo agravamento da já difícil situação económica e financeira desacreditar o Governo Provisório e o MFA e responsabilizar estes pela situação. Tentam fazer crer ao País que o 25 de Abril, a queda do fascismo, o restabelecimento das liberdades democráticas e a subida dos salários de grande parte da população trabalhadora estão na origem das dificuldades hoje sentidas e escamoteando que estas são, naverdade, consequência de longos anos de fascismo e dominio dos monopólios, agora agravadas pela sua consciente acção de sabotagem.

Trata-se de contribuir para a criação de um clima de confusão junto das camadas não monopolistas da população, de tentar dividir os trabalhadores entre si, de lançar o descontentamento entre os pequenos agricultores, os pequenos comerciantes e industriais e de voltá-los contra o regime democrático, o Governo e o M.F.A., explorando as consequências do atraso na tomada de medidas no campo económico.

**POR
MEDIDAS
URGENTES**

O objectivo central do momento é limitar o poder dos monopólios e dos grandes agrários.

O poder e a situação de que desfrutam tem-lhes servido para pôr em causa a democratização do País; mas, a não se tomarem medidas enérgicas e imediatas, estarão a agravar-se também as condições em que decorrerá a reconstrução da economia nacional e a aprofundar-se as debilidades e contradições da sociedade portuguesa - o que também joga a favor da reacção.

Por isso, se considera indispensável que o plano económico venha a conter medidas concretas de emergência e que sejam anti-monopolistas e anti-latifundistas. É necessário e inadiável que se impeça aos grandes grupos económicos e aos grandes agrários, a possibilidade de sabotar a economia nacional e que se coloque como objectivos prioritários assegurar o funcionamento da actividade económica e evitar o desemprego, bem como se preparem condições para o aumento do volume da produção, a revitalização dos vastos sectores da economia nacional de pequena e média empresa, a redução dos gastos

inúteis e uma mais racional e crescente afectação de recursos ao desenvolvimento da economia nacional. Deverá ainda regulamentar-se o necessário adequamento dos órgãos e departamentos do Estado à coordenação da aplicação destas medidas:

- Severa repressão de todas as acções e tentativas de sabotagem económica, que reduzem produções, investimentos ou empregos, fazem escassear produtos essenciais, encerram ou paralisam empresas.
- Subordinação dos sectores chave da economia, dos planos dos grupos económicos e das grandes explorações agrícolas aos princípios e objectivos de um Plano Nacional e dos seus desdobramentos sectoriais e regionais.
- Acção motora do Estado no investimento e produção nacionais, criando o elevado número de empregos exigido pela desmobilização, pela redução da emigração e pelo eventual regresso de emigrantes.
- Apoio técnico e financeiro do Estado ao pequeno e médio agricultor e auxílio em outros domínios, designadamente, o fomento de cooperativas, a supressão de intermediários e o reconhecimento do papel das associações representativas daqueles agricultores.
- Apoio técnico e financeiro à pequena e média empresa comercial industrial e de pesca, fomentando também formas de cooperação.
- Definição e aplicação de uma política anti-inflacionista voltada para a contenção dos preços dos bens de primeira necessidade, estimulando formas de controle popular.
- Definição e aplicação de uma política de redistribuição do rendimento, conjugando nesse sentido a contratação colectiva, as reformas sobre os impostos e o controle dos lucros das empresas.
- Controle estatal das relações económicas externas, com o objectivo de impedir a fuga de divisas e o desperdício de reservas em importações superfluas; fomento das relações comerciais com países agora abertos ao contacto com Portugal.
- Impedimento de empreendimentos estrangeiros que tenham por móbil a exploração de mão-de-obra, a apropriação de riquezas nacionais ou o domínio do mercado, bem como daqueles que não tragam avanço tecnológico; restrição à saída de lucros e à repatriação de capitais.

É necessário promulgar normas regulamentares da aplicação e execução das medidas preconizadas. Não basta legislar, é preciso que se cumpra.

O cumprimento e execução destas medidas levanta um outro problema: o do saneamento da Administração Pública.

O saneamento dos serviços e organismos estatais continua muito atrasado; há locais onde está mesmo por fazer. Permanecem em posto-chave da administração, nos serviços centrais como nos regionais, pessoas altamente comprometidas com o regime fascista e com interesses directos em empresas, nas quais, frequentemente, colaboram como directores ou funcionários. Não será possível fazer cumprir uma politica progressista com os departamentos públicos entregues a tais pessoas. Não será possível dar cumprimento a medidas anti-monopolistas com funcionários deste tipo.

É necessário afastar os fascistas do aparelho de estado e ganhar o funcionalismo para um novo estilo de trabalho adequado ao momento politico que vivemos e que traduza a integração da sua actividade no quadro das transformações democráticas do País.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Há medidas a tomar imediatamente; a generalização da sua discussão apenas protelaria desnecessariamente a respectiva aplicação, cuja necessidade há muito se faz sentir.

Mas há outras para as quais importa ouvir e ter em conta a posição expressa pelas grandes organizações de massas, partidos politicos, sindicatos, associações representativas de pequenos e médios agricultores e empresários, autarquias locais, movimentos representativos da população.

A resolução dos graves problemas económicos do País só será possível com uma ampla participação popular que se conjugue e complete com a acção patriótica do Governo Provisório e do Movimento das Forças Armadas.

Desde que se aponte claramente para uma restrição efectiva do poder dos monopólios, abrindo-se perspectivas para a melhoria das condições de vida da população, estarão reunidas condições para uma vasta mobilização colectiva capaz de fazer levar por diante as tarefas da reconstrução nacional.

Comissão Central do MDP/CDE